

## **ANEXO XII DO CONTRATO DE CONCESSÃO (RETIFICADO)**

### **REGULAMENTO DE REAJUSTE E REVISÃO TARIFÁRIA**

#### **CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 09/10/2025 17:51 -03.00 -03  
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p06a82186000de>.



## SUMÁRIO

<b>REGULAMENTO DE REAJUSTE E REVISÃO TARIFÁRIA</b> .....	<b>3</b>
<b>Seção I - Das Partes</b> .....	<b>3</b>
<b>Seção II - Das Definições e Objetivos</b> .....	<b>3</b>
<b>Seção III - Da Sustentabilidade Econômico-Financeira</b> .....	<b>4</b>
<b>Seção IV - Do Reajuste Tarifário</b> .....	<b>5</b>
<b>Seção V - Da Revisão Ordinária</b> .....	<b>7</b>
<b>Seção VI - Da Revisão Extraordinária</b> .....	<b>8</b>
<b>Seção VII - Da Alteração das Tarifas</b> .....	<b>12</b>
<b>Seção VIII - Da Revisão da Estrutura Tarifária</b> .....	<b>13</b>
<b>Seção IX - Das Disposições Finais</b> .....	<b>13</b>



## REGULAMENTO DE REAJUSTE E REVISÃO CONTRATUAL

### Seção I - Das Partes

Art. 1º. São as partes interessadas:

- I. O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, na qualidade de Titular do Serviço de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
- II. A AGÊNCIA REGULADORA, na qualidade de preposto do Titular, com a competência para executar a regulação econômico-financeira, fiscalizar e aplicar multas e sanções ao PRESTADOR DE SERVIÇO de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município, nos termos instituídos pela legislação vigente, regulamentos e CONTRATO DE CONCESSÃO;
- III. O PRESTADOR DE SERVIÇO, o responsável por prestar os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município, nos termos instituídos pela legislação vigente, regulamentos e CONTRATO DE CONCESSÃO.

### Seção II - Das Definições e Objetivos

Art. 2º. A aplicação dos instrumentos de reajuste ou revisão de tarifas, conforme definido neste Regulamento visam manter a sustentabilidade econômico-financeira do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao longo do prazo do CONTRATO DE CONCESSÃO.

Art. 3º. Para efeito deste Regulamento considera-se:

- I. **REAJUSTE TARIFÁRIO**, aquele que se realiza a cada 12 (doze) meses com o objetivo de restituir a sustentabilidade econômico-financeira do PRESTADOR DE SERVIÇO frente às variações dos preços dos insumos e serviços utilizados para a prestação dos serviços;
- II. **REVISÃO ORDINÁRIA**, aquela que se realiza a cada 4 (quatro) anos, com o objetivo de (a) processar os pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro não submetidos às REVISÕES EXTRAORDINÁRIA; (b) rever e atualizar as metas de desempenho, bem como seus respectivos pesos, nos termos do CONTRATO; (c) incluir, alterar ou excluir disposições do CONTRATO, para incorporar disposições previstas em normas regulamentares da AGÊNCIA REGULADORA ou em normas de referência da ANA, no que couber; (d) considerar o eventual surgimento de tecnologia disruptiva que impacte o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO; (e) reavaliar a alocação de riscos previstas no CONTRATO, em comum acordo com o PRESTADOR DE SERVIÇOS; e (f) promover outras adaptações no objeto do CONTRATO que se fizerem necessárias, nos termos do CONTRATO.



- III. **REVISÃO EXTRAORDINÁRIA**, aquela que se realiza quando necessário visando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em face da materialização de riscos, conforme previsto na matriz de riscos do CONTRATO ou outras cláusulas contratuais.

Art. 4º. O reajuste ou a revisão das tarifas deve preservar os usuários de quaisquer efeitos decorrentes da ineficiência ou do descumprimento pelo PRESTADOR DE SERVIÇO, das condições estabelecidas pelo planejamento, normas regulamentares ou contratuais.

### **Seção III - Da Sustentabilidade Econômico-Financeira**

Art. 5º. A sustentabilidade econômico-financeira se caracteriza pela equivalência entre os encargos do PRESTADOR DE SERVIÇO e as retribuições que lhe são devidas, mediante aplicação das tarifas correspondentes, de acordo com a equação econômico-financeira estabelecida no CONTRATO DE CONCESSÃO, conforme definido pela legislação vigente e regulamentação definida pela ANA.

Art. 6º. A manutenção da sustentabilidade econômico-financeira do PRESTADOR DE SERVIÇO será realizada mediante a análise, consideração e decisão da AGÊNCIA REGULADORA, através da definição do:

- I. **FREI - Fator Relativo ao Efeito Inflacionário**; e
- II. **FREC - Fator Relativo ao Equilíbrio Contratual**.

Art. 7º. O **FREI - Fator Relativo ao Efeito Inflacionário** representa o efeito exclusivo da inflação ou deflação na sustentabilidade econômico-financeira do PRESTADOR DE SERVIÇO e será determinado conforme a Equação Paramétrica definida por esse Regulamento.

Art. 8º. O **FREC - Fator Relativo ao Equilíbrio Contratual** representa a influência de todos os fatores internos e externos capazes de alterar o estado de sustentabilidade econômico-financeiro do serviço objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO, depurado do efeito inflacionário conforme definido neste Regulamento.

Art. 9º. A aplicação do **FREC** será feita nos atos de revisão do CONTRATO, a cada quatro anos, sendo que a primeira revisão ordinária será realizada a partir do primeiro dia útil do quinto ano, após a data de início de OPERAÇÃO DO SISTEMA pelo PRESTADOR DE SERVIÇO.

Art. 10º. Caberá à AGÊNCIA REGULADORA compatibilizar o cronograma de revisão do PMAE com o cronograma das revisões ordinárias do CONTRATO DE CONCESSÃO.

Art. 11. As alterações de tarifas serão calculadas pelas seguintes expressões:

$$At = FREI \times FREC$$



$$TA = T \times At$$

Onde:

TA é a Tarifa T alterada;

T é a Tarifa contratual;

At é o índice a ser aplicado às tarifas e aos preços dos serviços, mediante multiplicação, com vistas à sua alteração, objetivando restaurar a sustentabilidade econômico-financeira do serviço;

FREI é o Fator Relativo ao Efeito Inflacionário; e

FREC é o Fator Relativo ao Equilíbrio Contratual.

Art. 12. Considera-se que a sustentabilidade econômico-financeira do PRESTADOR DE SERVIÇO está mantida sempre que a Taxa Interna de Retorno – TIR do fluxo de caixa do projeto (**TIR calculada**) for **igual à TIR do fluxo de caixa de projeto constante do PLANO DE NEGÓCIOS, observada a alocação de riscos do Contrato.**

Art. 13. A **TIR** Contratual é aquela estabelecida no PLANO DE NEGÓCIOS do PRESTADOR DE SERVIÇO ou aquela decorrente de revisão contratual, resultante da aplicação das regras destinadas à manutenção da sustentabilidade econômico-financeira do CONTRATO, conforme estabelecido neste Regulamento.

Ar. 14. Nenhuma revisão das tarifas poderá fundamentar-se em qualquer ineficiência do PRESTADOR DE SERVIÇO.

Art.15. Considera-se que as tarifas **T**, constantes do CONTRATO DE CONCESSÃO, asseguram a sustentabilidade econômico-financeira do PRESTADOR DE SERVIÇO.

#### Seção IV - Do Reajuste Tarifário

Art. 16. A manutenção da sustentabilidade econômico-financeira, mediante consideração dos efeitos inflacionários, será realizada pela aplicação anual do **FREI**.

Art. 17. A data de referência de preços de todos os insumos e dos valores propostos para as tarifas **T**, é fixada pelo CONTRATO DE CONCESSÃO.

Art. 18. O valor do **FREI** será calculado pela Equação Paramétrica:

$$FREI = [P1 (IPCA_i/IPCA_o) + P2 (IEE_i/IEE_o) + P3 (IPP_i/IPP_o) + P4 (INCC_i/INCC_o) + P5 (IPCA_i/IPCA_o)]$$

Onde:

**FREI** é o Fator relativo ao efeito inflacionário a ser aplicado à tarifa **T**;



**P1** é o peso relativo ao custeio da mão de obra e dos encargos;

**P2** é o peso relativo ao custeio da energia elétrica;

**P3** é o peso relativo aos custeios dos produtos químicos utilizados na prestação dos serviços;

**P4** é o peso relativo aos custeios das obras e serviços de manutenção civil e de redes;

**P5** é o peso relativo aos custeios dos outros insumos e serviços não incluídos nos anteriores;

**IPCA** é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), correspondente ao mês anterior ao da alteração;

**IPCA<sub>o</sub>** é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), correspondente ao mês anterior ao da data de referência de preços;

**IEE<sub>i</sub>** é o valor da tarifa de energia elétrica (R\$/MWh), convencional, subgrupo A4 (2,3 a 25 kV), praticada pela concessionária local no mês anterior ao da alteração;

**IEE<sub>o</sub>** é o valor da tarifa de energia elétrica (R\$/MWh), convencional, subgrupo A4 (2,3 a 25 kV), no mês anterior ao da data de referência de preços;

**IPP<sub>i</sub>** é o Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), correspondente ao segundo mês anterior ao da alteração;

**IPP<sub>o</sub>** é o mesmo índice acima mencionado, correspondente ao segundo mês anterior ao da data de referência de preços;

**INCC<sub>i</sub>** é o índice da coluna 6 (Índice Nacional da Construção Civil) da Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, correspondente ao segundo mês anterior ao da alteração;

**INCC<sub>o</sub>** é o índice da coluna 6 (Índice Nacional da Construção Civil) da Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, correspondente ao segundo mês anterior ao da data de referência de preços;

**IPCA<sub>i</sub>** é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), correspondente ao segundo mês anterior ao da alteração;

**IPCA<sub>o</sub>** é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), correspondente ao segundo mês anterior ao da data de referência de preços;

Art. 19. Os pesos a aplicar a cada índice serão aqueles indicados no PLANO DE NEGÓCIOS do PRESTADOR DE SERVIÇO, de tal modo que sua soma seja igual a 1,0000 (um inteiro).



Art. 20. Os pesos são calculados como porcentagem do **Valor Presente Líquido – VPL** dos valores anuais do insumo considerado, constantes no PLANO DE NEGÓCIOS do PRESTADOR DE SERVIÇO, em relação à soma dos VPLs individuais de todos os insumos considerados.

Art. 21. A taxa de desconto, a ser aplicada ao cálculo dos VPLs, referente ao art. 20, será a **TIR Contratual**.

Art. 22. Na hipótese de um ou mais índices não estarem disponíveis, na época prevista para o cálculo do **FREI**, serão utilizados os últimos valores conhecidos, fazendo-se, quando publicados os índices definitivos, a imediata correção dos cálculos.

Art. 23. Se, por qualquer motivo, for suspenso ou encerrado o cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, serão adotados outros índices de custos ou preços, escolhidos de comum acordo entre as partes, que retratem a variação de preços dos componentes de custos considerados na Equação Paramétrica.

Art. 24. Os reajustes tarifários serão realizados apenas para levar em conta os fatores inflacionários, como segue:

$$TA = At \times T,$$

onde:

TA é a Tarifa T alterada;

T é a Tarifa contratual.

$At = FREI \times FREC$

FREI = calculado nos termos do art. 18;

$FREC = 1$

### Seção V - Da Revisão Ordinária

Art. 25. O PRESTADOR DE SERVIÇO deverá adotar sistemas de contabilidade legal e, se necessário, regulatória, nos termos definidos pelas normas da ANA, que permitam o processo de revisão ordinária conforme definido neste Regulamento, observado o modelo de regulação contratual.

Art. 26. A data-base da revisão será o dia 31 (trinta e um) de dezembro do ano imediatamente anterior ao ano da revisão.

Art. 27. Caso a **TIR Contratual** for maior ou igual a **TIR calculada** não será caracterizado desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, causado por fatores internos ao serviço, independente do efeito inflacionário.



Art. 28. Caso a **TIR Contratual** for menor que a **TIR calculada** caracteriza-se o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, causado por fatores internos ao serviço, independente do efeito inflacionário, resguardada a matriz de riscos do contrato.

Art. 29. Para a realização dos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro analisados no âmbito das revisões ordinárias do CONTRATO, a PARTE pleiteante deverá comunicar a outra PARTE e a AGÊNCIA REGULADORA a respeito da materialização dos eventos de desequilíbrio em até 180 (cento e oitenta dias), contados de sua ocorrência, excetuados os pleitos de reequilíbrios passíveis de serem processados no âmbito das revisões extraordinárias do CONTRATO, nos termos do art. 38.

### **Seção VI - Da Revisão Extraordinária**

Art. 30. Qualquer das PARTES poderá pleitear a revisão extraordinária do CONTRATO com vistas a recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, em face da materialização, já verificada ou iminente, de evento cujas consequências sejam suficientemente gravosas a ponto de ensejar a necessidade de avaliação e tomada de providências urgentes pelas PARTES para: (i) evitar, mitigar ou reparar os ônus produzidos ou produzíveis em relação à execução deste CONTRATO; e (ii) mitigar ou recompor os desequilíbrios, materializados ou iminentes, na equação econômico-financeira original do CONTRATO.

§ 1º- Somente será cabível a realização da revisão extraordinária do CONTRATO em face da materialização, iminente ou efetiva, de evento isolado ou conjunto de eventos de desequilíbrio cujas consequências representem impacto líquido na equação econômico-financeira do CONTRATO igual ou superior a 5% (cinco por cento) da RECEITA DE EXPLORAÇÃO bruta anual média auferida pela CONCESSIONÁRIA nos 3 (três) exercícios anteriores ao início do processo de revisão extraordinária.

§ 2º- O impacto líquido a que se refere a o § 1, será medido pelo valor presente líquido do Fluxo de Caixa Marginal projetado em razão do evento ou do conjunto de eventos que se pretende submeter à revisão extraordinária do CONTRATO, utilizando-se a taxa de desconto indicada no nesta seção.

§ 3º- Na ausência de informações disponíveis referentes à RECEITA DE EXPLORAÇÃO bruta anual auferida pela CONCESSIONÁRIA em algum dos 3 (três) exercícios anteriores ao início do processo de revisão extraordinária, poderão ser consideradas as últimas informações anuais disponíveis, referentes à RECEITA DE EXPLORAÇÃO bruta, para subsidiar o cálculo da RECEITA DE EXPLORAÇÃO bruta anual média, referida no § 1º deste artigo.

§ 4º- O disposto no item § 3º deste artigo, se aplica, inclusive, caso o processo de revisão extraordinário seja pleiteado nos 3 (três) primeiros anos da CONCESSÃO, hipótese em que o cálculo da RECEITA DE EXPLORAÇÃO bruta anual média poderá considerar as informações financeiras previstas no PLANO DE NEGÓCIOS.





§ 5º- Não atendido o requisito previsto § 1º deste artigo, o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro será avaliado na revisão ordinária do CONTRATO subsequente à sua apresentação, observada a condição disposta na Cláusula 29.5.

Art. 31. Caso o processo de revisão extraordinária do CONTRATO seja iniciado por solicitação da CONCESSIONÁRIA, esta deverá encaminhar à AGÊNCIA REGULADORA: (i) os subsídios necessários para demonstrar o cumprimento do requisito previsto no art. 30; e (ii) o seu pleito de reequilíbrio econômico-financeiro, instruído nos termos definidos neste Anexo.

Art. 32. Apresentada a solicitação pela CONCESSIONÁRIA, à AGÊNCIA REGULADORA terá o prazo de 30 (trinta) dias para avaliar se foi cumprido o requisito disposto na Cláusula 30.1.1.

Art. 33. A verificação da sustentabilidade econômico-financeira referente aos fatores externos do serviço, independentemente dos efeitos inflacionários, será realizada a qualquer tempo, nos termos deste Anexo, através do procedimento do **Fluxo de Caixa Marginal - FCM**.

§ 1º- O procedimento para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser instaurado pelas PARTES, após processo de revisão ordinária ou extraordinária quando se verificar o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO referente aos fatores externos do serviço ou extraordinários, mediante a apresentação de relatório técnico.

§ 2º- A análise da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro pressupõe a verificação das condições econômicas globais do ajuste, tomando-se como base os efeitos dos eventos que lhe deram causa, descritos em um relatório técnico a ser apresentado pela PARTE solicitante, o qual poderá vir acompanhado de laudo pericial, estudos independentes e/ou outros documentos considerados pertinentes.

§ 3º- O relatório técnico de que tratam os parágrafos anteriores deverá demonstrar os efeitos dos eventos nele citados em um **Fluxo de Caixa Marginal - FCM** elaborado especificamente para a sua demonstração, considerando, dentre outros, a estimativa de variação de investimentos, a demonstração fundamentada dos custos ou despesas incorridos e a sugestão das medidas a serem adotadas para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

§ 4º- Para a confirmação das situações apontadas como ensejadoras de desequilíbrio econômico-financeiro e para o dimensionamento dos efeitos e medidas delas resultantes, o PRESTADOR DE SERVIÇO poderá contar com a participação de entidade especializada especialmente contratada para essa finalidade.

Art. 34. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser realizada anteriormente ou posteriormente ao efetivo impacto do evento externos ou extraordinários que der razão à situação de desequilíbrio, sendo, para tanto, calculado o valor presente líquido do **Fluxo de Caixa Marginal - FCM** na data da avaliação.



Art. 35. O **Fluxo de Caixa Marginal - FCM** será utilizado para analisar o impacto financeiro de um evento específico, e que altere as condições contratuais e tenha potencial de causar desequilíbrio econômico-financeiro ao contrato.

§ 1º- O FCM irá analisar, isoladamente, os fluxos de entrada e saída de caixa relacionados aos eventos que causaram o desequilíbrio econômico-financeiro ao contrato.

§ 2º- O FCM será utilizado para reequilibrar o contrato, ajustando o valor das receitas e despesas de forma a compensar os impactos financeiros do evento.

§ 3º- O processo de reequilíbrio econômico-financeiro será realizado de forma que seja nulo o valor presente líquido do Fluxo de Caixa Marginal projetado em razão do evento que ensejou a recomposição, considerando (i) os fluxos dos dispêndios marginais resultantes do evento que deu origem à recomposição; e (ii) os fluxos das receitas marginais resultantes do evento que deu origem à recomposição.

§ 4º- Na hipótese de novos investimentos ou serviços solicitados pelo PODER CONCEDENTE, e não previstos no CONTRATO, o PODER CONCEDENTE poderá requerer ao PRESTADOR DE SERVIÇO, previamente ao processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, a elaboração de projetos básico e executivo a serem submetidos à sua análise, cujo ônus de elaboração será suportado pelo PODER CONCEDENTE, contendo todos os elementos necessários à precificação do investimento e às estimativas do impacto da obra ou serviço sobre as receitas do PRESTADOR DE SERVIÇO, observado, para todos os efeitos, o disposto neste regulamento e no contrato.

Art. 36. A **Taxa de Desconto do Fluxo de Caixa Marginal** ( $TD_{FCM}$ ) será igual à média dos últimos 12 (doze) meses da taxa bruta de juros de venda das Notas do Tesouro IPCA+ com juros Semestrais (NTN-B) ou, na ausência deste, outro que o substitua, *ex-ante* a dedução do Imposto de Renda, com vencimento mais compatível com a data do termo contratual, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, apurada no início de cada ano contratual referente à data da materialização do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, capitalizada de um spread ou sobretaxa sobre os juros equivalente a 2,00% (dois por cento) a.a., base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.

Art. 37. A **Taxa de Retorno Interno** calculada pelo Fluxo de Caixa Marginal (FCM) -  $TIR_{FCM}$  deverá ser igual a **Taxa de Desconto do Fluxo de Caixa Marginal** ( $TD_{FCM}$ ).

Art. 38. O processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será realizado de forma que seja nulo o valor presente líquido do Fluxo de Caixa Marginal projetado em razão do evento que ensejou a recomposição, considerando: (a) os fluxos dos dispêndios marginais resultantes do evento que deu origem à recomposição; e (b) os fluxos das receitas marginais resultantes do evento que deu origem à recomposição.



Art. 39. Para fins de determinação dos fluxos dos dispêndios marginais, serão utilizados critérios de mercado para estimar o valor dos investimentos, custos e despesas resultantes do evento que deu causa ao reequilíbrio.

Art. 40. O Contrato será considerado reequilibrado quando os impactos do evento forem compensados pelo mecanismo de reequilíbrio adotado pelo Poder Concedente, de tal forma que o valor presente líquido do fluxo seja igual a 0 (zero), calculado conforme a seguinte fórmula:

$$VPL = \sum_{i=0}^n \frac{FCM_i}{(1+r)^{t_i}}$$

Onde:

$FCM$  é o  $i$ -ésimo fluxo de caixa marginal calculado

$T_i$  é o  $i$ -ésimo período, correspondente ao

$r$  é a taxa de desconto  $TD_{FCM}$  a ser utilizada para desconto do fluxo, conforme definido no art. 38.

Art. 41. Na hipótese de novos investimentos ou serviços solicitados pelo Poder Concedente, a Concessionária deverá apresentar, previamente ao processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, o projeto referencial desses serviços, considerando que:

- a) O projeto referencial deverá conter todos os elementos necessários à precificação do investimento e às estimativas do impacto dos investimentos e serviços sobre as receitas da Concessionária, segundo as melhores práticas e critérios de mercado, tudo de acordo com as normas técnicas e diretivas eventualmente estabelecidas pela AGÊNCIA REGULADORA.
- b) O Poder Concedente estabelecerá o valor limite do custo dos serviços a serem considerados para efeito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, tomando como base, para tanto, os valores médios praticados pelo mercado vigente à época.

Art. 42. Para fins de determinação do valor a ser reequilibrado, deverão ser considerados os efeitos dos tributos diretos e indiretos efetivamente incidentes sobre o fluxo dos dispêndios marginais.

Art. 43. No caso de o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ser recomposto por alteração do prazo da CONCESSÃO, deverá ser incluído no cálculo, caso haja, os custos e despesas com os reinvestimentos em decorrência da depreciação dos BENS REVERSÍVEIS.

Art. 44. Caso se verifique a procedência, ao final, do pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro apresentado, em função de eventos externos ou extraordinários, os custos com diligências e estudos necessários à plena instrução do procedimento serão arcados



exclusivamente pela Parte que deu causa ao desequilíbrio, mediante a compensação do valor respectivo no montante da REMUNERAÇÃO imediatamente subsequente à decisão.

Art. 45. Caso ambas ou nenhuma das PARTES tiver dado causa ao desequilíbrio, os custos com diligências e estudos necessários à plena instrução do procedimento serão arcados por ambas as PARTES em igual valor.

Art. 46. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO causado por eventos externos ou extraordinários deverá ser concluído em prazo não superior a 90 (noventa) dias, ressalvada a hipótese em que seja necessária a prorrogação, por uma única vez e até igual período, devidamente justificada, para a complementação da instrução do respectivo procedimento.

Art. 47. Decorridos 90 (noventa) dias após a apresentação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por requerimento do PRESTADOR DE SERVIÇO e não sendo encontrada solução amigável, ou ainda, em caso de discordância quanto à necessidade de recomposição ou quanto aos valores e/ou demais dados indicados, as PARTES poderão recorrer aos procedimentos de disputas previstos no contrato.

### **Seção VII - Da Alteração das Tarifas**

Art. 48. Na hipótese determinada pelo art. 27 as alterações tarifárias serão realizadas apenas para levar em conta os fatores inflacionários, como segue:

$$TA = At \times T,$$

onde:

TA é a Tarifa T alterada;

T é a Tarifa contratual.

$$At = FREI \times 1 \text{ (FREC = 1)}$$

Art. 49. Na hipótese determinada pelos arts. 28 e 29 as alterações tarifárias serão realizadas apenas para levar em conta os fatores inflacionários e que causaram o desequilíbrio contratual, como segue:

$$TA = At \times T,$$

onde:

TA é a Tarifa T alterada;

T é a Tarifa contratual.

$$At = FREI \times FREC$$



## **Seção VIII - Da Revisão da Estrutura Tarifária**

Art. 50. A revisão da estrutura tarifária, poderá ser efetuada por meio de modificação:

- I. dos limites das faixas de consumo,
- II. da relação entre os valores das tarifas de cada faixa, e
- III. das categorias de uso.

§ 1º. Qualquer processo de revisão da estrutura tarifária terá início mediante solicitação da parte interessada, contendo os motivos que tornam necessária a revisão, com todos os detalhes pertinentes.

§ 2º. As revisões previstas no caput deste artigo somente poderão ser efetuadas nas ocasiões em que são realizadas as revisões ordinárias.

§ 3º. Aprovada a revisão, a nova estrutura tarifária será baixada por resolução da AGÊNCIA REGULADORA, que estipulará a data a partir da qual o PRESTADOR DE SERVIÇO ficará autorizado a praticá-la.

## **Seção IX - Das Disposições Finais**

Art. 51. Todo processo de alteração, reajuste ou revisão de tarifas, deverá ser justificado e circunstanciado em processo específico, realizado pela AGÊNCIA REGULADORA.

Art. 52. Toda a documentação relativa ao processo de reajuste ou revisão terá as variáveis, parâmetros e cálculos devidamente registrados, de forma a constituir a base documental para as revisões subsequentes do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Art. 53. Os valores reajustados das tarifas terão vigência nos 12 (doze) meses subsequentes.

Art. 54. No caso de inércia da AGÊNCIA REGULADORA em aplicar o reajuste tempestivamente, decorridos 12 meses sem que os preços das tarifas sejam alterados, fica o PRESTADOR DE SERVIÇO autorizado a corrigir, de ofício, as tarifas aplicando as regras de reajuste estabelecidas no art. 16 deste Regulamento, salvo se comprovado que não haviam sido disponibilizados à AGÊNCIA REGULADORA todos os documentos necessários para a análise.

